



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

POLÍTICAS AVALIATIVAS E ACCOUNTABILITY: implicações das avaliações em larga escala na Educação Básica da Bahia

EULÁLIA OLIVEIRA SANTOS¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

ANA LUIZA SALGADO CUNHA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / UESB

RESUMO

Esta pesquisa discute as implicações das avaliações em larga escala na Educação Básica no estado da Bahia, analisando seus impactos nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na gestão escolar entre os anos de 2014 e 2024. A partir de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, foram examinadas produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos) e documentos institucionais que regulam as políticas avaliativas, sobretudo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados evidenciam que essas avaliações, embora tenham contribuído para consolidar uma cultura avaliativa e fornecer diagnósticos relevantes para formulação de políticas públicas, também reforçam lógicas gerencialistas e de responsabilização que precarizam o trabalho docente e reduzem o currículo às disciplinas priorizadas nos testes. Conclui-se que tais instrumentos, ao invés de garantir equidade, tendem a acentuar desigualdades sociais e escolares, deslocando a responsabilidade da qualidade educacional para professores e gestores, em detrimento das condições estruturais do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliações externas. Trabalho docente. Qualidade da educação.

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, as avaliações em larga escala afirmaram-se como mecanismos fundamentais das políticas educacionais brasileiras, desempenhando funções de diagnóstico, regulação e responsabilização. Nesse período, tornaram-se referência para o monitoramento da qualidade do ensino e para a definição de estratégias pedagógicas voltadas à elevação de indicadores, como o IDEB.

Este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como as avaliações em larga escala, especialmente o SAEB e o IDEB, influenciam as práticas pedagógicas e a organização

¹ Discente do 8º semestre do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET-Saúde Equidade. E-mail: eulaliasantos002@gmail.com

² Orientadora e Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Educação (UESB) e em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB). Doutora em Educação (UFSCar), com pós-doutorado em estudos de gênero, liderança de grupos de pesquisa feministas e experiência nas áreas de Educação, Políticas Públicas, Gênero e Formação de Professores. E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

do trabalho docente na Educação Básica da Bahia?

O objetivo geral é descrever as implicações dessas avaliações no contexto baiano, identificando seus efeitos sobre currículo, gestão e práticas pedagógicas. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) analisar a produção científica sobre a temática no período de 2014 a 2024; (b) discutir os efeitos da política de accountability e da cultura de resultados; (c) problematizar os impactos dessas avaliações sobre o trabalho docente e a equidade educacional.

A relevância da pesquisa está em compreender como um estado marcado por desigualdades históricas e sociais vivencia os efeitos de políticas avaliativas de alcance nacional, muitas vezes elaboradas de forma descolada das realidades locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi construído com base em autores que analisam criticamente as políticas avaliativas. Gatti (2002, 2009, 2014) demonstra que as avaliações externas atuam como mecanismos de regulação, orientando reformas educacionais sob a lógica da eficiência. Para Andrade (2021), “avaliar compreende conhecimentos, valores, sentimentos e todos esses atributos envolvem pessoas” (p. 11), sendo necessário equilibrar dados quantitativos com os aspectos qualitativos da aprendizagem.

No contexto neoliberal, Lima e Leite (2024) apontam que a escola deixa de ser espaço de formação crítica para se tornar ferramenta de adaptação ao mercado, em que “a liberdade se converte em obrigação de performance” (p. 154). Nesse viés, o processo desloca a função formativa da educação para a preparação de sujeitos empreendedores de si mesmos, aptos a responder às demandas do mercado.

Diversos autores (Passone, 2014; Freitas, 2007; Casassus, 2009) destacam que a política de accountability reforça desigualdades ao responsabilizar exclusivamente professores e escolas, desconsiderando condições estruturais como superlotação, absenteísmo e desigualdades socioeconômicas.

Autores como Chueiri (2008) e Krahe (1990) defendem uma concepção de avaliação formativa, dialógica e emancipadora, que vá além da lógica da medição e da classificação.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Logo, defende-se Instrumentos como a autoavaliação institucional, os portfólios de aprendizagem, as rodas de avaliação com participação da comunidade escolar e o monitoramento qualitativo de processos pedagógicos configuram-se como alternativas mais coerentes com uma educação emancipadora.

Nessa direção, o Documento Curricular Referencial da Bahia (2020) afirma que “avaliar é refletir sobre as informações obtidas com vistas a (re)planejar ações, é uma atividade orientada para o futuro” (p. 100), reforçando a centralidade de processos qualitativos no acompanhamento da aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, pois se concentrou na análise de produções científicas e documentos institucionais relacionados às avaliações em larga escala na Bahia entre os anos de 2014 e 2024. Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses etc.”.

O levantamento foi realizado em bases de dados como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a SciELO, além da análise de documentos oficiais, como o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e legislações educacionais (LDB, PNE, BNCC).

O recorte temporal privilegiou o período de 2014 a 2024, com vistas a compreender a produção acadêmica mais recente. Os critérios de inclusão priorizaram pesquisas que discutem os impactos do SAEB, IDEB e demais políticas avaliativas sobre currículo, gestão escolar e práticas pedagógicas no estado da Bahia.

A análise dos materiais foi realizada com base na análise de conteúdo (Bardin, 2011), que compreende três etapas: (1) leitura flutuante dos textos, (2) categorização por eixos temáticos, e (3) interpretação dos dados à luz do referencial teórico. Assim, foi possível identificar tendências, convergências e lacunas nas produções científicas, bem como os efeitos dessas políticas sobre o cotidiano escolar.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam que a implementação das avaliações externas na Bahia tem provocado mudanças estruturais na gestão escolar e nas práticas pedagógicas. O IDEB consolidou-se como principal referência de qualidade e, em muitos casos, como orientador de políticas públicas e decisões administrativas. A preponderância, embora tenha ampliado a sistematização de dados sobre desempenho escolar, trouxe consequências como o estreitamento curricular, com a priorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento de áreas como Ciências Humanas, Artes e Educação Física. Desse modo, isso confirma a crítica recorrente de que tais avaliações acabam por reduzir a complexidade do processo educativo a indicadores quantitativos.

Segundo Torquato et al. (2024, p. 206), “as avaliações externas ganham notoriedade e foram base estratégica da reforma educacional iniciada na década de 1990, tendo uma ênfase no discurso da qualidade, fundamentado nos famosos três ‘E’ – eficiência, eficácia e efetividade”. O discurso da qualidade, ancorado em princípios gerenciais, reverbera diretamente no cotidiano das escolas baianas, que passam a organizar seus projetos pedagógicos em função dos testes, treinando alunos para alcançar melhores resultados. Como consequência, o espaço para práticas pedagógicas diversificadas e críticas tende a ser reduzido, limitando as possibilidades de construção de aprendizagens significativas.

A responsabilização dos professores emerge como um dos aspectos mais sensíveis desse processo. Ao mesmo tempo em que os resultados são utilizados para orientar políticas, a pressão recai diretamente sobre os docentes, que passam a ser cobrados pelo desempenho de seus estudantes. Torquato et al. (2024, p. 203) destacam que

[...] as políticas de accountability trazem o tripé: avaliação, prestação de contas e responsabilização, ao valorizar a promoção de testes padronizados além de causar uma responsabilização exacerbada para os profissionais da educação e, principalmente, para os professores.

Nesse sentido, a avaliação em larga escala deixa de ser apenas um instrumento de diagnóstico e passa a assumir papel de controle e regulação do trabalho docente. A intensificação dessa lógica pode ser observada em iniciativas recentes da Secretaria da Educação da Bahia, como a adoção da Plataforma Plurall em 2023.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Segundo Peixoto, Lopes e Santos (2025), a ferramenta foi implementada com a justificativa de identificar lacunas de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas. Contudo, na prática, a plataforma tem operado como mecanismo de vigilância e monitoramento do desempenho de alunos e professores, reforçando a lógica performativa e ampliando a precarização já apontada por Voss e Garcia (2014). Para esses autores, políticas de avaliação alicerçadas em tecnologias gerenciais produzem formas de controle e ressignificação das identidades profissionais, impondo aos professores uma responsabilização contínua pelos resultados.

Os estudos também revelam as consequências subjetivas desse modelo, que tem levado ao adoecimento docente. Torquato et al. (2024) enfatizam que a submissão a exigências constantes de desempenho e metas tem causado ansiedade, esgotamento e sensação de desvalorização profissional. Esse cenário é aprofundado pela lógica meritocrática que atrela bons resultados a recompensas financeiras.

Ball (2005) observa que, nesse contexto, “fazer um bom trabalho” deixa de significar comprometimento com a aprendizagem e passa a ser sinônimo de garantir metas elevadas, transformando o trabalho docente em um produto mensurável e mercantilizado. Tal dinâmica reforça a performatividade e desvirtua a função educativa, deslocando seu foco da formação integral para a obtenção de índices.

Outro achado relevante diz respeito ao caráter excludente e seletivo das avaliações. Casassus (2009, p. 76) critica a suposta objetividade dos testes padronizados, argumentando que os resultados evidenciam a naturalização das desigualdades sociais: “os resultados das provas indicam-nos que no extremo dos ‘burros’ e das baixas pontuações se encontram os pobres, e que os ricos se encontram no extremo dos ‘inteligentes’”. A situação, é particularmente pertinente ao contexto baiano, marcado por desigualdades históricas e estruturais que se refletem diretamente no desempenho escolar. Freitas (2007) complementa essa análise ao afirmar que a responsabilização baseada apenas em resultados ignora fatores como absenteísmo docente, infraestrutura precária, superlotação das salas e desigualdade socioeconômica, reforçando as disparidades em vez de reduzi-las.

Em contrapartida, algumas iniciativas buscam ressignificar o papel da avaliação. O



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) (Brasil, 2020) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo formativo e crítico, voltado ao replanejamento pedagógico. O documento afirma que “avaliar é refletir sobre as informações obtidas com vistas a (re)planejar ações” (p. 100), reconhecendo a utilidade dos dados externos, mas enfatizando que eles não substituem a avaliação contínua, contextualizada e formativa.

Segundo Da Cunha e De Carvalho Guimarães (2025), no cenário educacional do Nordeste, a Bahia apresenta ações similares às de outros estados, como os investimentos em infraestrutura e a implementação dos programas Bolsa Presença e Pé-de-Meia. Contudo, destaca-se por iniciativas específicas: o investimento em tecnologia, com a distribuição de tablets para estudantes e professores; a integração entre academia e gestão pública, por meio do Programa Cientista-Chefe; e o reconhecimento do desempenho escolar, materializado na criação do Prêmio IDEB Bahia, destinado a premiar escolas e Núcleos Territoriais de Educação (NTEs) que atingiram ou superaram as metas do índice.

Diante desses resultados, é possível identificar um movimento ambíguo: por um lado, as avaliações externas na Bahia têm permitido maior sistematização de informações sobre o sistema educacional e subsidiado políticas públicas; por outro, seus efeitos no cotidiano escolar mostram tensões expressivas, como a intensificação da responsabilização docente, o estreitamento curricular e a perpetuação das desigualdades sociais. A literatura aponta que, para superar essas contradições, é necessário repensar o papel das avaliações em larga escala, ampliando seu uso como ferramenta diagnóstica e formativa, em vez de reduzi-las a instrumentos de controle.

Assim, os achados reforçam a necessidade de políticas avaliativas mais sensíveis às realidades locais e às condições concretas das escolas públicas baianas. Somente a partir dessa mudança será possível avançar em direção a uma avaliação que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, a valorização do trabalho docente e a construção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que as avaliações em larga escala exercem forte influência sobre a Educação Básica na Bahia, tanto no campo pedagógico quanto na gestão escolar. Se, por um



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

lado, fornecem dados relevantes para monitoramento e formulação de políticas, por outro, reforçam lógicas de responsabilização e regulação que reduzem a autonomia docente e estreitam o currículo escolar.

Os resultados sugerem que tais políticas, ao invés de promover equidade, acabam intensificando desigualdades e precarizando o trabalho dos professores. A responsabilização excessiva, somada à cultura de resultados e ao uso de plataformas de monitoramento, transforma a avaliação em mecanismo de controle, desconsiderando as especificidades locais e as condições estruturais da educação pública baiana.

Nesse sentido, é urgente repensar as políticas avaliativas, construindo estratégias que valorizem a dimensão qualitativa da aprendizagem, a autonomia docente e o respeito às diversidades regionais. Uma política de avaliação comprometida com a formação cidadã e com a justiça social deve superar a lógica meramente classificatória e performativa, orientando-se por princípios democráticos, críticos e emancipadores.

Portanto, superar a lógica performativa exige ampliar o investimento em modelos de avaliação que integrem aspectos qualitativos e participativos. Isso inclui fortalecer práticas de autoavaliação das escolas, promover formação continuada voltada para avaliação formativa e construir indicadores que considerem contextos sociais e culturais, indo além dos resultados padronizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. **Avaliação educacional**: significados, usos e implicações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1105-1126, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

BRASIL. **Documento Curricular Referencial da Bahia**. Salvador: SEC, 2020

CASASSUS, J. **A avaliação no contexto da América Latina**. Brasília: Unesco, 2009.

CHUEIRI, R. **Avaliação educacional: fundamentos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DA CUNHA, Deuzilene Pereira; DE CARVALHO GUIMARÃES, Jairo. Desafios e avanços no IDEB do nordeste brasileiro: uma análise atual. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 3, p. e9364-e9364, 2025.

FREITAS, L. C. de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007.

GATTI, B. A. Avaliação educacional no Brasil: políticas e práticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 7-26, 2002.

GATTI, B. A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil**. Brasília: MEC/Inep, 2009.

KRAHE, E. **Avaliação educacional: dimensões e perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LIMA, J. R.; LEITE, A. C. P. Educação e neoliberalismo: desafios e contradições. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 2, p. 150-160, 2024.

PASSONE, E. F. K. Avaliação e responsabilização na educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 423-441, 2014.

TORQUATO, A. da S. et al. Políticas de avaliação e accountability: impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, n. 115, p. 200-210, 2024.

VOSS, A.; GARCIA, T. Políticas de avaliação, trabalho docente e subjetividade. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 127-140, 2014;.